



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A OUTORGA DO DIREITO DE USO E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Produção: Leila de Carvalho Gomes

**Diretora da Diretoria de Procedimentos de
Outorga e Fiscalização - DPO**

Apresentação: Emílio Carlos Prandi

**Diretoria da Bacia do Peixe Paranapanema – Marília
CBH - MP**

<http://www.daee.sp.gov.br>



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Histórico no Estado de São Paulo

Histórico da experiência paulista de aproveitamento e controle de recursos hídricos

- 1951 – Lei 1.350 criação do DAEE - planos de aproveitamento integrado dos R.H.
- - aplicação do Código de Águas
- 1983 / 1985 – reorganização do DAEE (Diretorias de Bacias - descentralização)
- 1987 – Decreto 27.576 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
- 1988 - Lei 6134 - Preservação de águas subterrâneas
- 1989 – Constituição Estadual
- 1991 – Lei 7.663, Política Estadual de Recursos Hídricos
- 1994 - Lei 9034 - Plano Estadual de Recursos Hídricos



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Política de Recursos Hídricos

Objetivo

“assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do Estado de São Paulo”



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Gerenciamento de Recursos Hídricos

Conjunto
de ações
que visam:

- aproveitamento múltiplo e racional
- atendimento de todos os usos e usuários em quantidade e qualidade;
- controle, proteção e recuperação dos recursos hídricos;
- distribuição equânime dos custos entre usuários e beneficiários

Princípios
básicos

descentralização

gestão por bacia hidrográfica

participação

Sociedade Civil/ Estado/ Municípios

integração

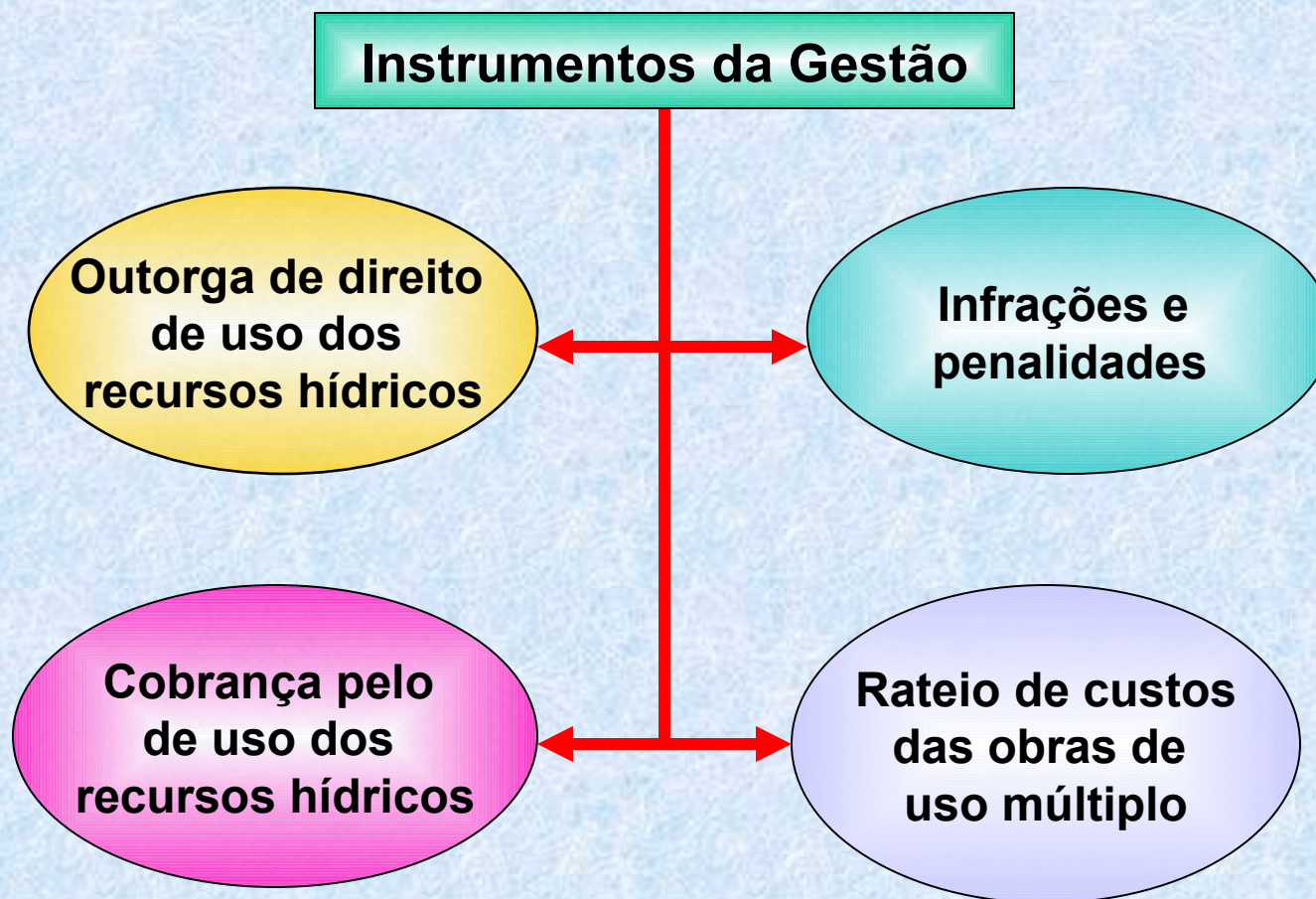
água superficiais - águas subterrâneas
qualidade - quantidade em função da
disponibilidade

-usuários - poder público - entidades civis
meio ambiente - desenvolvimento regional
potenciais hidrelétricos - navegação



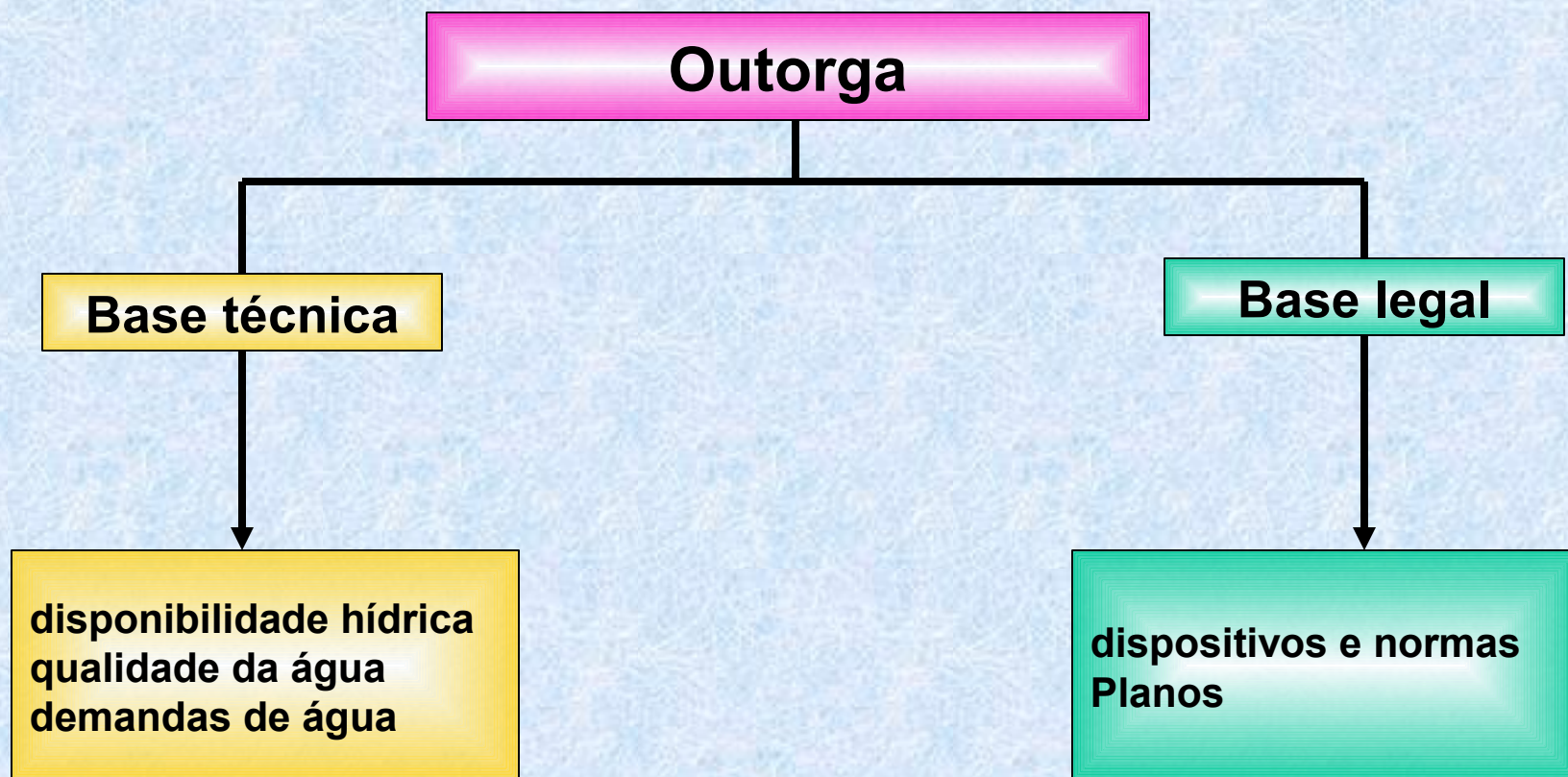
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Instrumentos da Gestão



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorga



Outorga

Plano de Bacia

Prioridade de uso

- hierarquização
- racionalização

Indicadores probabilísticos

- vazão de referência
- vazão com garantia de permanência
- vazão mínima

Indicadores de qualidade

- classe de enquadramento

Restrições de uso

- lançamento de carga poluidora
- quantidade retirada
- condicionantes

Plano Estadual

- critérios, condições e objetivos de caráter global ou regional
- critérios para bacias sem plano

Relatório de Situação

- avaliação da qualidade das águas
- balanço superficial/subterrâneo ou Disponibilidade x Demanda



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Base legal: Outorga e Fiscalização

- Decreto Estadual nº 41.258/96: regulamenta a Outorga e Fiscalização, artigos 9º a 13, da Lei 7663/91
- Portaria DAEE nº 717/96: Outorga
- Portaria DAEE nº 1/98: Fiscalização
- **Integração de Recursos Hídricos e Meio Ambiente**
 - Resolução SMA/SERHS nº 1/04: Integra Outorga e Licenciamento Ambiental.
 - Resolução CRH nº 52/04: Estabelece metodologia p/ restrição e controle de uso das águas subterrâneas
 - Resolução SMA/SERHS/SES: gestão integrada de Águas Subterrâneas.



Deliberação CRH 052/2005

- Art. 1 – As áreas de restrição e Controle do uso das águas subterrâneas são aquelas onde existe a necessidade de disciplinar as atividades que possam causar alterações ou efeitos negativos sobre a quantidade ou qualidade das águas subterrâneas;
- Art. 2 – Os órgãos gestores de recursos hídricos, de controle ambiental e da saúde proporão de forma integrada.....
- Art. 3 – O ato declaratório ...será do Conselho....
- Segue a classificação das Áreas de Restrição e Controle; as etapas para sua delimitação; parâmetros para a identificação;



Atividades que necessitam de outorga

Implantação de Empreendimento que demande a utilização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos

Obras Hidráulicas

Barramentos:

**Regularização, Controle de cheias, Geração de Energia,
Aquicultura, Outros**

Poços Profundos

**Canalizações, Retificações e Proteção de leito
Travessias**

Serviços

Desassoreamento, Limpeza de margens e proteção de leito

Extração de Minérios

Captações e Lançamentos de Efluentes Líquidos:

Urbano, Industrial, Irrigação, Geração de Energia, Rural, Outros



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos

Das modalidades de outorga

Autorização	Implantação de empreendimento
Concessão	Usuário público - Direito de uso
Autorização	Usuário privado - Direito de uso
Licença	Execução de poço profundo

Dos prazos (Art. 7º ao 10º do Decreto 41.258)

Implantação de empreendimento	Até 3 anos
Licença de Perfuração.....	Até o término da obra
Autorizações	Até 5 anos
Concessões	Até 10 anos
Obras hidráulicas	Até 30 anos



Fluxo para outorga de empreendimentos a serem instalados

Novos

DAEE - Implantação de empreendimento

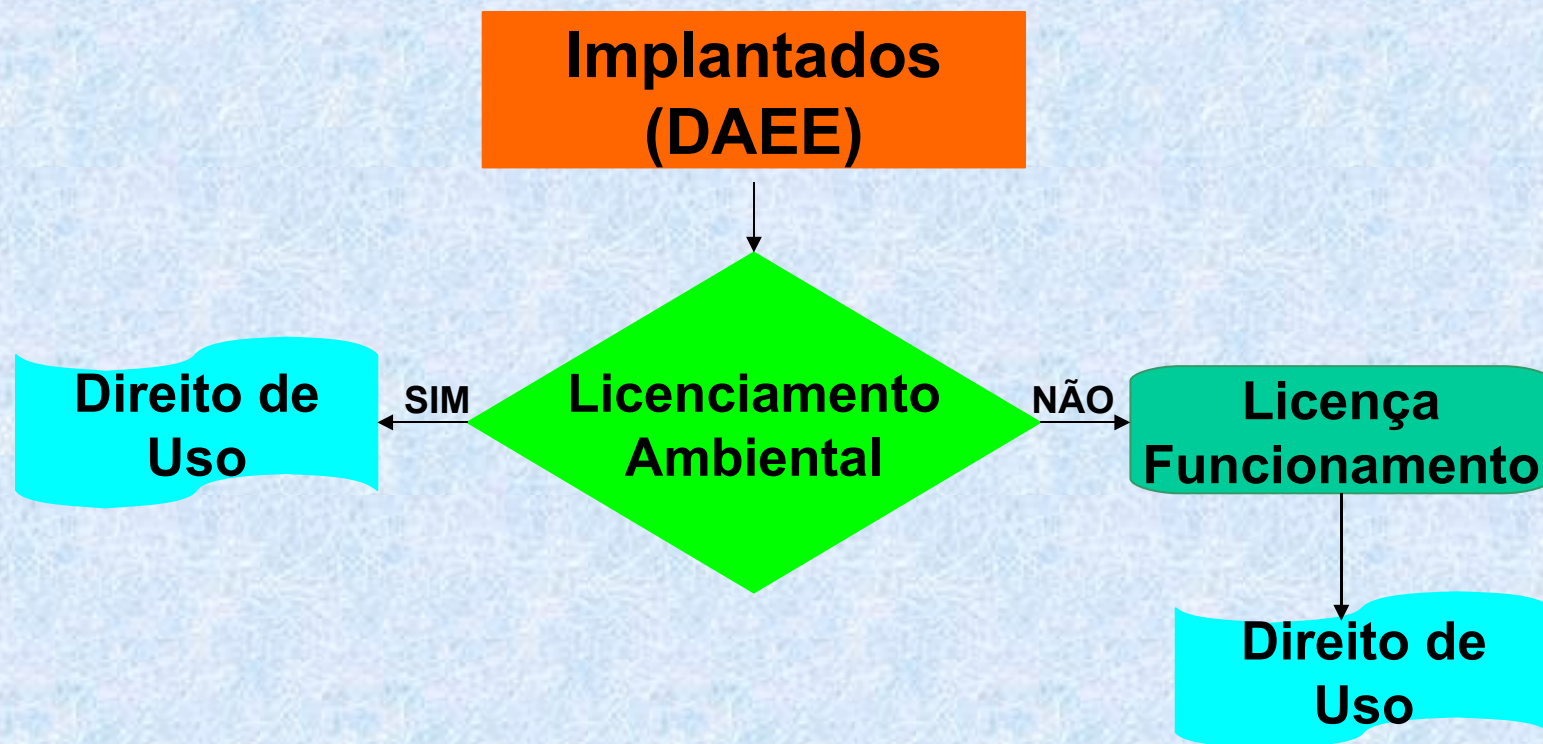
SMA/CETESB/DEPRN - Licenciamento ambiental

DAEE - Direito de uso



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Fluxo para regularização da outorga de empreendimentos existentes



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 1, de 23/02/05

I - Regula o procedimento para o Licenciamento Ambiental integrado às Outorgas de Recursos Hídricos: Código Florestal

DAEE

Interferências nos Recursos Hídricos
(Obras e Serviços) (Art. 5º - caput)

Derivação de águas

Lançamento de efluentes em corpos de
água

Poço fora de APP ou Área
Especialmente Protegida (Art. 5º - § 1º)

Poço em APP ou Área Especialmente
Protegida (Art. 5º - § 1º)

Canalização fechada (Art.5º - § 1º)

Obras hidráulicas executadas em
Unidade de Conservação (Art.5º - § 1º)

SMA

DEPRN
Protocolo

DEPRN
Parecer Técnico Florestal

O DEPRN encaminhará ao DAEE o
Parecer Técnico Florestal nos casos
onde haja impedimentos que
exijam alterações no projeto

DAEE

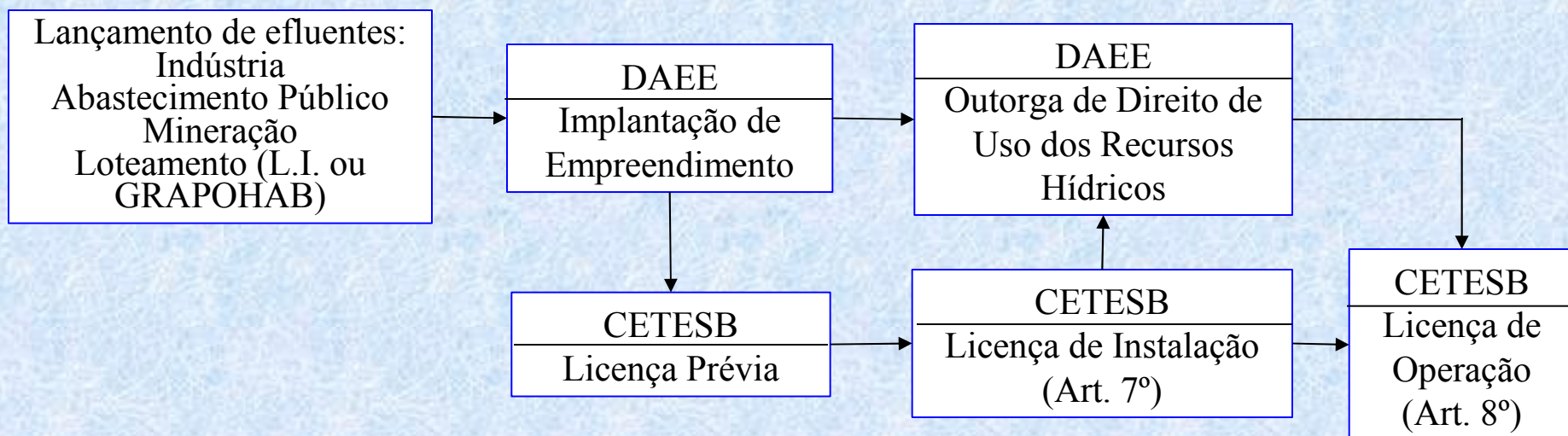
DAEE
Outorga de
Direito de Uso



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 1, de 23/02/05

II - Regula o procedimento para o Licenciamento Ambiental integrado às Outorgas de Recursos Hídricos: específica p/ licenciamento de efluentes (LP, LI e LO)



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorgas de Captação e Lançamento Superficial

Fase 1: **Autorização (Implantação de Empreendimento)**

novos usos ou ampliação dos existentes

Captação: Deferimento: disponibilidade hídrica => balanço
hídrico => Plano de Bacia

Lançamento: Idem



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorgas de Captação e Lançamento Superficial

Fase 2: **Outorga de Direito de Uso**

Exigências gerais em conformidade com a Portaria 717/96-DAEE

Exigências específicas por finalidade de uso das águas

Deferimento: atende a base técnica e legal (disponibilidade hídrica, licenças ambientais de acordo com a Resolução SMA/SERHS nº 1/04 - DEPRN e CETESB)



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorgas de Captação e Lançamento Superficial

Indeferimento: pelo não atendimento à Portaria 717/96 ou Legislação Ambiental.

Conflitos: Câmaras Técnicas dos Comitês

==> Comitê

==> declara criticidade das Bacias:

procedimentos diferenciados nos atos de Outorga.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorga de Captação Subterrânea

Fase 1 - Autorização/ Licença

- **Implantação de Empreendimento (novos ou ampliação dos existentes);**
- **Licença de Execução de Poço (Projeto Técnico Construtivo; Interferência c/ outros poços;)**
 - **Deferimento: projeto adequado com disponibilidade hídrica favorável e atendimento a Legislação Ambiental;**
 - **Indeferimento: projeto inadequado, disponibilidade crítica, contaminação do aquífero; entre outros.**



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorga de Captação Subterrânea

Fase 2 - Outorga de Direito de Uso

- Exigências gerais em conformidade com a Portaria 717/96 - DAEE
- Exigências específicas por finalidade do uso das águas
 - Deferimento: **atende a base técnica e legal; disponibilidade, exigências ambientais.**
 - Indeferimento: **Projeto não atende as especificações da ABNT ; Falta da ART da obra; Água fora de padrões de potabilidade (Portaria 518 V.S.); Indício de contaminação do aquífero; ==> avisa CETESB e Secretaria de Saúde**
 - Vigilância Sanitária - água fora dos padrões de potabilidade
 - CETESB - contaminação.

Conflitos: Câmaras Técnicas do Comitês -COMITÊ e CRH => Declara áreas de Restrição de Uso.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

Capítulo IV

Diretrizes e Critérios Gerais para o Gerenciamento de Recursos Hídricos

Art. 11º - O gerenciamento dos recursos hídricos deverá ser feito segundo orientações estabelecidas pelos planos de bacias hidrográficas, a serem desenvolvidos em conformidade com o artigo 17 da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, e com esta Lei.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

Art. 12 - Enquanto não estiver estabelecido o plano de uma determinada bacia hidrográfica, a prioridade de uso dos respectivos recursos hídricos obedecerá à seguinte ordem:

- I - atendimento das primeiras necessidades da vida;
- II - abastecimento de água às populações, incluindo-se as dotações específicas necessárias para suprimento doméstico, de saúde e de segurança;
- III - abastecimento de água de estabelecimentos industriais, comerciais e públicos em geral, situados em áreas urbanas, que se utilizam diretamente da rede pública, com demandas máximas a serem fixadas em regulamento;



LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

- IV - abastecimento doméstico e de animais em estabelecimentos rurais e irrigação em pequenas propriedades agrícolas para produção de alimentos básicos, olericultura, fruticultura e produção de mudas em geral;
- V- abastecimento industrial, para fins sanitários e para a indústria de alimentos;
- VI - aquicultura;
- VII - projetos de irrigação coletiva, com participação técnica, financeira e institucional do Estado, dos Municípios e dos irrigantes;



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

- VIII - abastecimento industrial em geral, inclusive para a agroindústria;
- IX - irrigação de culturas agrícolas em geral, com prioridade para produtos de maior valor alimentar e tecnologias avançadas de irrigação;
- X - geração de energia elétrica, inclusive para o suprimento de termoelétricas;
- XI - navegação fluvial e transporte aquático;
- XII - usos recreativos e esportivos;
- XIII - desmonte hidráulico na indústria da mineração;



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

XIV - diluição, assimilação e transporte de efluentes urbanos, industriais e agrícolas.

Parágrafo único - A ordem de prioridades estabelecida neste artigo, a partir do inciso IV, poderá ser adaptada pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI às vocações regionais e às peculiaridades das bacias e sub-bacias hidrográficas, de forma a compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção e conservação ambiental.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

Art. 13 - Quando o uso do recurso hídrico depender de outorga ou de licenciamento, em conformidade com o Código de Águas, com a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, com a Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, e seus regulamentos, as decisões a respeito seguirão a orientação estabelecida pelo plano de bacia hidrográfica e, na falta deste, observarão o seguinte:

I - a ordem de prioridades será a estabelecida no artigo anterior;



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

- II - a vazão de referência para orientar a outorga de direitos de uso de recursos hídricos será calculada com base na média mínima de 7 (sete) dias consecutivos e 10 (dez) anos de período de retorno e nas vazões regularizadas por reservatórios, descontadas as perdas por infiltração, evaporação ou por outros processos físicos, decorrentes da utilização das águas e as reversões de bacias hidrográficas;
- III - terá preferência para a outorga de direito de uso de recursos hídricos o usuário que comprovar maior eficiência e economia na sua utilização, mediante tecnologias apropriadas, eliminação de perda e desperdícios e outras condições, a serem fixadas em regulamento.



LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

- § 1º - No caso de águas de domínio federal ou de geração hidrelétrica, a ordem de prioridades de que trata este artigo será estabelecida mediante articulação com a União.
- § 2º - A outorga de direitos de uso dos recursos hídricos será feita em consonância com a legislação ambiental.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

Art. 14 - Quando a soma das vazões captadas em uma determinada bacia hidrográfica, ou em parte desta, superar 50% (cinquenta por cento) da respectiva vazão de referência, a mesma será considerada crítica e haverá gerenciamento especial que levará em conta:

I - o monitoramento da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos, de forma a permitir previsões que orientem o racionamento ou medidas especiais de controle de derivações de águas e de lançamento de efluentes;



LEI 9034/94 - PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PERH

- II - a constituição de comissões de usuários, supervisionadas pelas entidades estaduais de gestão dos recursos hídricos, para o estabelecimento, em comum acordo, de regras de operação das captações e lançamentos;
 - III - a obrigatoriedade de implantação, pelos usuários, de programas de racionalização do uso de recursos hídricos, com metas estabelecidas pelos atos de outorga.
- Art. 15 - No caso de racionamento, será dado tratamento isonômico aos usuários, respeitadas as prioridades estabelecidas nos incisos I e II do artigo 12 desta Lei.



Implantação de Empreendimento

Requerimento de Outorga de Autorização de Implantação de Empreendimento, com
Utilização de Recursos Hídricos

Ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

1 - DADOS CADASTRAIS DO USUÁRIO/REQUERENTE

ANEXO I

Nome/Razão Social _____

Nome de Fantasia _____

CGC: _____ CPF: _____ RG: _____

CGC (unidade local): _____ Atividade: _____

Endereço p/ correspondência: _____

Bairro: _____ Município: _____ CEP: _____

Caixa Postal: _____ Fone: (____) _____ Fax: _____



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Implantação de Empreendimento

2- CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

Empreend. Novo ☐

Ampliação ☐

Novo Uso ☐

2.1 - Localização do empreendimento

Endereço: _____

Bairro/Distrito _____ Município _____

Nome da Propriedade _____

Bacia hidrográfica _____ UGRHI _____

2.2 - Usos pretendidos dos recursos hídricos

			Varão	perí- odo	Coordenadas UTM	Coordenadas UTM	
Recurso Hídrico	Uso	Finalidade	(m ³ /h)	(h/d)	KM N	KM E	M.C.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Implantação de Empreendimento

Recurso hídrico: nome do rio / nome do aquífero, etc.

Uso: CA:Captação / LA: Lançamento / BA: Barramento / CN: Canalização / RE: Retificação / TR: Travessia, etc.

Finalidade: SAN: Sanitário / IND: Industrial / SAN e IND / HID: Hidroagrícola / AGR: Agricultura / etc.

OBSERVAÇÕES: _____



Implantação de Empreendimento

Responsabilizo-me, solidariamente ao requerente, pelas informações no Quadro 2 deste requerimento.

Assinatura do Responsável Técnico

Nome _____

CREA Nº _____

ART Nº _____

Requeiro por este instrumento a outorga de autorização de implantação de empreendimento, com uso de recursos hídricos, conforme características descritas neste requerimento, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual 7663, de 30/12/91 e seu regulamento

Termos em que,

P. Deferimento

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura Proprietário/Requerente

Nome: _____

RG/CPF: _____



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Implantação de Empreendimento

DOCUMENTOS ANEXOS A ESTE REQUERIMENTO:

OBS: **Preenchimento exclusivo do DAEE**

- ☐ Estudo de Viabilidade de Implantação (EVI): completo ☐ simplificado ☐
- ☐ Cronograma de implantação
- ☐ Cópia da ART do Responsável Técnico
- ☐ Cópia do CPF e do RG (para pessoa Física) ou cartão do CGC (para pessoa Jurídica).
- ☐ Comprovante de pagamento da taxa de implantação do empreendimento.

Croqui do empreendimento



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Captação Superficial

Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

Ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

Tipo: **Captação de Água Superficial**

1 - DADOS CADASTRAIS DO USUÁRIO/REQUERENTE

ANEXO VIII

Nome/Razão Social _____

Nome de Fantasia _____

CGC: _____ CPF: _____ RG: _____

CGC (unidade local): _____ Atividade: _____

Endereço p/ correspondência: _____

Bairro: _____ Município: _____ CEP _____

Caixa Postal: _____ Fone: (____) _____ Fax _____



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Captação Superficial

2- CARACTERÍSTICAS DO USO

☐ Nova ☐ Regularização ☐ Desativação ☐ Renovação

2.1 - Localização do empreendimento

Endereço _____

Bairro/Distrito _____ Município _____

Nome da Propriedade _____

2.2 - Dados da Captação

Curso d'água: _____

Bacia _____ UGRHI _____

Coordenadas UTM: _____ Km N; _____ Km E; MC: _____

Finalidade: _____

2.2.1 - Valores atuais:

Vazão máxima captada: _____ m^3/h , _____ h/dia , _____ $dia/mês$

Vazão média diária captada: _____ m^3/h , 24 h/dia , _____ $dia/mês$

2.2.2 - Valores futuros: previsão para: ☐ 5 anos ☐ 10 anos

Vazão máxima a ser captada: _____ m^3/h , _____ h/dia , _____ $dia/mês$

Vazão média diária a ser captada: _____ m^3/h , 24 h/dia , _____ $dia/mês$



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Captação Superficial

2.2.3 - Preencher o quadro abaixo se houver sazonalidade na captação da água:

Período (meses)	Vazão Máxima (m ³ /h)	Tempo de Captação (h/dia)	Vazão Média (m ³ /h)	Período de uso (dias/mês)

2.3 - Dados de Adução (para a captação futura):

Adução por recalque: Diâmetro e material da adutora: _____

Comprimento e desnível geométrico da adutora: _____
Nº de conjuntos moto-bomba _____



Captação Superficial

Características dos conjuntos moto-bomba:

Nº	Vazão nominal (m ³ /h)	Altura manométrica (m.c.a.)	Marca bomba	Modelo/tipo bomba	Rotação (rpm)	Potência do motor (cv)	Rotação motor (rpm)

Informar esquema de funcionamento das bombas (nº de reservas; ligação em paralelo ou em série; etc): _____

Adução por gravidade: Diâmetro e material da adutora: _____

Comprimento e desnível geométrico total da adutora: _____

Tipo e localização da estrutura/equipamento de controle de vazão: _____



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Captação Superficial

Responsabilizo-me, solidariamente ao requerente, pelas informações no Quadro 2 deste requerimento.

Assinatura do Responsável Técnico

Nome _____

CREA Nº _____

ART Nº _____

Requeiro por este instrumento a outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme características descritas neste requerimento, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual 7663, de 30/12/91 e seu regulamento

Termos em que,

P. Deferimento

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura Proprietário/Requerente

Nome: _____

RG/CPF: _____



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Captação Superficial

DOCUMENTOS ANEXOS A ESTE REQUERIMENTO:

OBS: **Preenchimento exclusivo do DAEE**

- ☐ Planta da captação de água (tomada d'água, caixa de areia, casa de bombas) (duas vias)
- ☐ Relatório de Avaliação de Eficiência de uso da água
- ☐ Cópia do pedido, ou do ARF, emitido pelo DEFRN
- ☐ Cópia da ART do Responsável Técnico
- ☐ Fotos da tomada d'água (se for obra já existente)
- ☐ Cópia do docum. de posse ou de cessão de uso da área onde se instalará a captação (tomada d'água e casa de bombas)
- ☐ Especificações técnicas e detalhes de instalação do dispositivo de medição e registro de vazões captadas.
- ☐ Cópia do CPF e do RG (para pessoa Física) ou cartão do CGC (para pessoa Jurídica).
- ☐ Comprovante de pagamento da taxa de uso de recursos hídricos - Captação de Água Superficial.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Lançamento

Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos
Ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

Tipo: **Lançamento de Água (Superficiais e Subterrâneos)**

1 - DADOS CADASTRAIS DO USUÁRIO/REQUERENTE

ANEXO X

Nome/Razão Social _____

Nome de Fantasia _____

CGC: _____ CPF: _____ RG: _____

CGC (unidade local): _____ Atividade: _____

Endereço p/ correspondência: _____

Bairro: _____ Município: _____ CEP _____

Caixa Postal: _____ Fone: (_ _ _) _____ Fax _____



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Lançamento

2 - CARACTERÍSTICAS DO USO

☐ Nova ☐ Regularização ☐ Desativação ☐ Renovação

2.1 - Localização do empreendimento

Endereço: _____

Bairro/Distrito: _____ Município: _____

Nome da Propriedade _____

2.2 - Dados do Lançamento:

Curso d'água: _____

Bacia _____ UGRHI _____

Coordenadas UTM: _____ Km N; _____ Km E; MC: _____

Tipo de Lançamento: ☐ Superficial ☐ Subterrâneo ☐ Outros

Tratamento ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Solo

Origem da água lançada: _____

2.2.1 - Valores atuais:

Vazão máxima lançada: _____ m³/h, _____ h/dia, _____ dia/mês

Vazão média diária lançada: _____ m³/h, 24 h/dia, _____ dia/mês

2.2.2 - Valores futuro:

Previsão para: ☐ 5 anos ☐ 10 anos

Vazão máxima lançada: _____ m³/h, _____ h/dia, _____ dia/mês

Vazão média diária lançada: _____ m³/h, 24 h/dia, _____ dia/mês



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Lançamento

2.2.3 - Preencher o quadro abaixo se houver sazonalidade no lançamento da água:

Período (meses)	Vazão Máxima (m ³ /h)	Tempo de Lançamento (h/dia)	Vazão Média (m ³ /h)	Período de uso (dias/ano)

2.2.4 - Tratamento prévio ao lançamento:

Tipo: _____

Carga poluidora orgânica potencial : _____ Kg DBO_{5,20}/dia

Carga poluidora orgânica remanescente: _____ Kg DBO_{5,20}/dia

Concentração de Coliformes Totais: _____ NMP/100 ml

Concentração de Coliformes Fecais: _____ NMP/100 ml



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Lançamento

2.3 - Tipo de Lançamento:

- ☐ Superficial, direto em curso d'água ou reservatório;
- ☐ Superficial, subaquático em curso d'água ou reservatório;
- ☐ Subterrâneo, em fossa submídouros;
- ☐ Subterrâneo, em valas de infiltração;
- ☐ Solo;
- ☐ Outros: _____

Responsabilizo-me, solidariamente ao requerente, pelas informações no Quadro 2 deste requerimento.

Assinatura do Responsável Técnico

Nome _____

CREA Nº _____

ART Nº _____



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Lançamento

Requeiro por este instrumento a outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme descrito neste requerimento, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual 7663, de 30/12/91 e seu regulamento

Termos em que,

P. Deferimento

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura Proprietário/Requerente

Nome: _____

RG/CPF: _____

DOCUMENTOS ANEXOS A ESTE REQUERIMENTO:

OBS: **Preenchimento exclusivo do DAEE**

- ☐ Licença de instalação/funcionamento da CETESB
- ☐ Cópia da ART do Responsável Técnico
- ☐ Cópia do pedido, ou do ARF, emitido pelo DEPRN
- ☐ Planta das instalações de lançamento (duas vias)
- ☐ Documento de posse ou cessão de uso da área
- ☐ Cópia do CPF e do RG (para pessoa Física), ou cartão do CGC (para pessoa Jurídica).
- ☐ Comprovante de pagamento da taxa de Lançamento de Água (Superficial e Subterrâneo).



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Modelo de Implantação de Empreendimento



SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Boa Vista, 175 - 1º andar - tel. 3293-8557 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP

Despacho do Superintendente do DAEE de / agosto /2006.

“ IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO ”



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Modelo de Implantação de Empreendimento

À vista do Decreto Estadual 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAEE nº 717 de 12/12/96 e do Parecer Técnico da Diretoria da Bacia XXXXXXXXXXXX, inserto no Autos DAEE nº XXXXXXXX, ficam aprovados os estudos apresentados com uso e interferência em recursos hídricos superficiais, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade de XXXXXXXXXXXXXXXX, localizada no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, município de XXXXXXXXXXXXX, requerida pela XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria.

USO	RECURSO HIDRICO	COORD. UTM KM		MC	VAZÃO m³/h	PERÍODO	
		N	E			H/D	D/M
Captação em nascente	Bacia do afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,15	339,43	45	1,50	24	30
Lançamento Superficial	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,20	339,60	45	1,35	24	30
Barramento 1	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,64	339,73	45			
Barramento 2	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,47	339,82	45			
Barramento 3	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,48	340,05	45			
Barramento 4	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,45	339,95	45			
Barramento 5	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,19	339,79	45			
Travessia Aérea 1	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,19	339,63	45			
Travessia Aérea 2	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,47	339,82	45			
Travessia Aérea 3	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,45	339,95	45			



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Modelo de Implantação de Empreendimento

I - Esta autorização não confere a seu titular o direito de uso e/ou interferência nos recursos hídricos, tendo validade de até 3 anos da data de sua publicação.

II - Esta autorização, não desobriga o outorgado, a requerer a aprovação municipal, referente à legislação de uso e ocupação do solo, e/ou o atendimento a legislação estadual e federal, referente ao controle de poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento), e à proteção ambiental (artigo 2º da Lei 4771/65 - Código Florestal), para viabilizar este empreendimento.

RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente

Publicado no DOE em / /2006.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Modelo de Portaria



SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Boa Vista, 175 - 1º andar - tel. 3293-8557 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP

PORTARIA DAEE Nº , DE DE AGOSTO DE 2006

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 01/11/96 e da Portaria D.A.E.E. nº 717 de 12/12/96, em solução aos requerimentos constantes dos Autos nº 9805008 - DAEE

DETERMINA



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Modelo de Portaria

ARTIGO 1º - Fica a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, autorizada a utilizar recursos hídricos, localizada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, município de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para fins de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme abaixo relacionado:

USO	RECURSO HIDRICO	COORD. UTM KM		MC	Prazo (anos)	VAZAO M³/H	PERIODO	
		N	E				H/D	D/M
Captação em nascente	Bacia do afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,15	339,43	45	3	1,50	24	30
Lançamento Superficial	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,20	339,60	45	3	1,35	24	30
Barramento 1	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,64	339,73	45	3			
Barramento 2	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,47	339,82	45	3			
Barramento 3	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,48	340,05	45	3			
Barramento 4	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,45	339,95	45	3			
Barramento 5	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,19	339,79	45	3			
Travessia Aérea 1	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,19	339,63	45	3			
Travessia Aérea 2	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,47	339,82	45	3			
Travessia Aérea 3	afluente do Ribeirão do Lava-Pés	7.459,45	339,95	45	3			



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Modelo de Portaria

ARTIGO 2º - A renovação desta Portaria deverá ser solicitada pelo responsável pela manutenção, conservação e operação das obras/ usos outorgados, em seu próprio nome e CNPJ, durante o prazo de validade desta.

ARTIGO 3º - Os usos e/ou interferências nos recursos hídricos acima outorgados, deverão estar de acordo com a legislação municipal, referente ao uso e ocupação do solo, e/ou ainda estar de acordo com a legislação estadual e federal, referentes à proteção ambiental (artigo 2º da lei 4771/65 - Código Florestal) e à poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento), atendendo às exigências dos órgãos responsáveis nos aspectos de sua competência e especificamente:

- Ao Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN.

ARTIGO 4º - Fica a autorizada obrigada a:

- 1- operar as obras, segundo as condições que venham a ser determinadas pelo DAEE;
- 2- manter as obras e serviços em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;
- 3- responder, civilmente, por danos causados à vida, à saúde, e ao meio ambiente, prejuízos de qualquer natureza a terceiros, em razão da manutenção, operação ou funcionamento das obras, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada.
- 4- responder por todos os encargos relativos à execução de serviços ou obras e a implantação de equipamentos ou mecanismos, necessários a manter as condições acima, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério do DAEE, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social;
- 5- manter a jusante dos Barramentos a vazão mínima natural, $Q_{7,10}$, no valor de $BA1=BA2=BA3=BA4=BA5= 8,24 \text{ m}^3/\text{h}$.



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Modelo de Portaria

ARTIGO 5º - Esta outorga deverá, obrigatoriamente, permanecer no local onde foram autorizados os usos e/ou interferências nos recursos hídricos, citados nesse documento, para fins de fiscalização.

ARTIGO 6º - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a conseqüente aplicação das penalidades previstas na Portaria DAEE nº 1/98, que regulamentou os artigos 9º a 13 da Lei Estadual 7663/91.

ARTIGO 7º - Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;
- II - na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente.

ARTIGO 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria DAEE nº 2399 de 10/12/2004 em nome da KKW DA AMAZONIA LTDA.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA,
aos de de 2006

RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Diretorias de Bacias



8 - Diretorias de Bacias

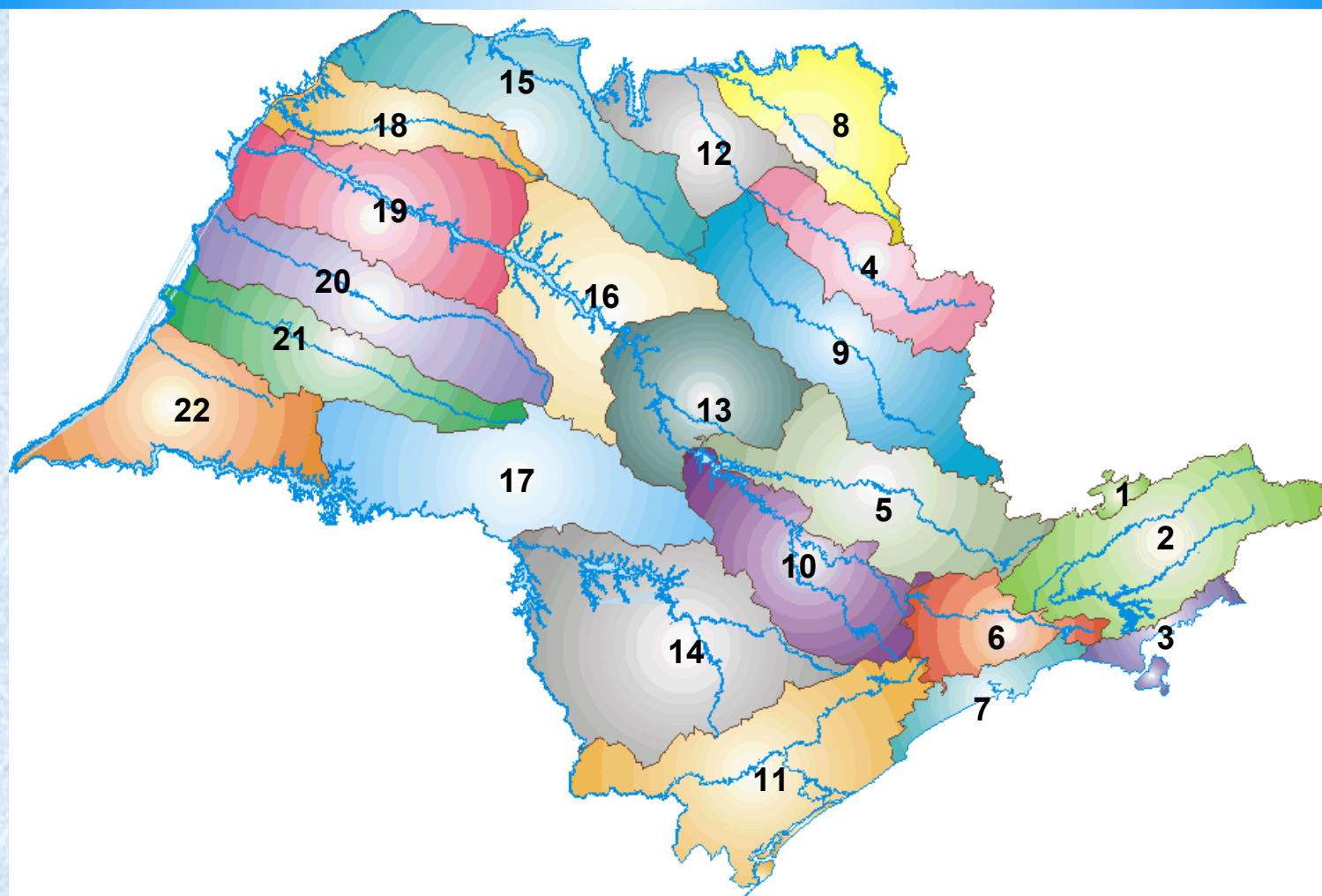
27- Unidades de Serviços e Obras

17- Unidades para Outorgas



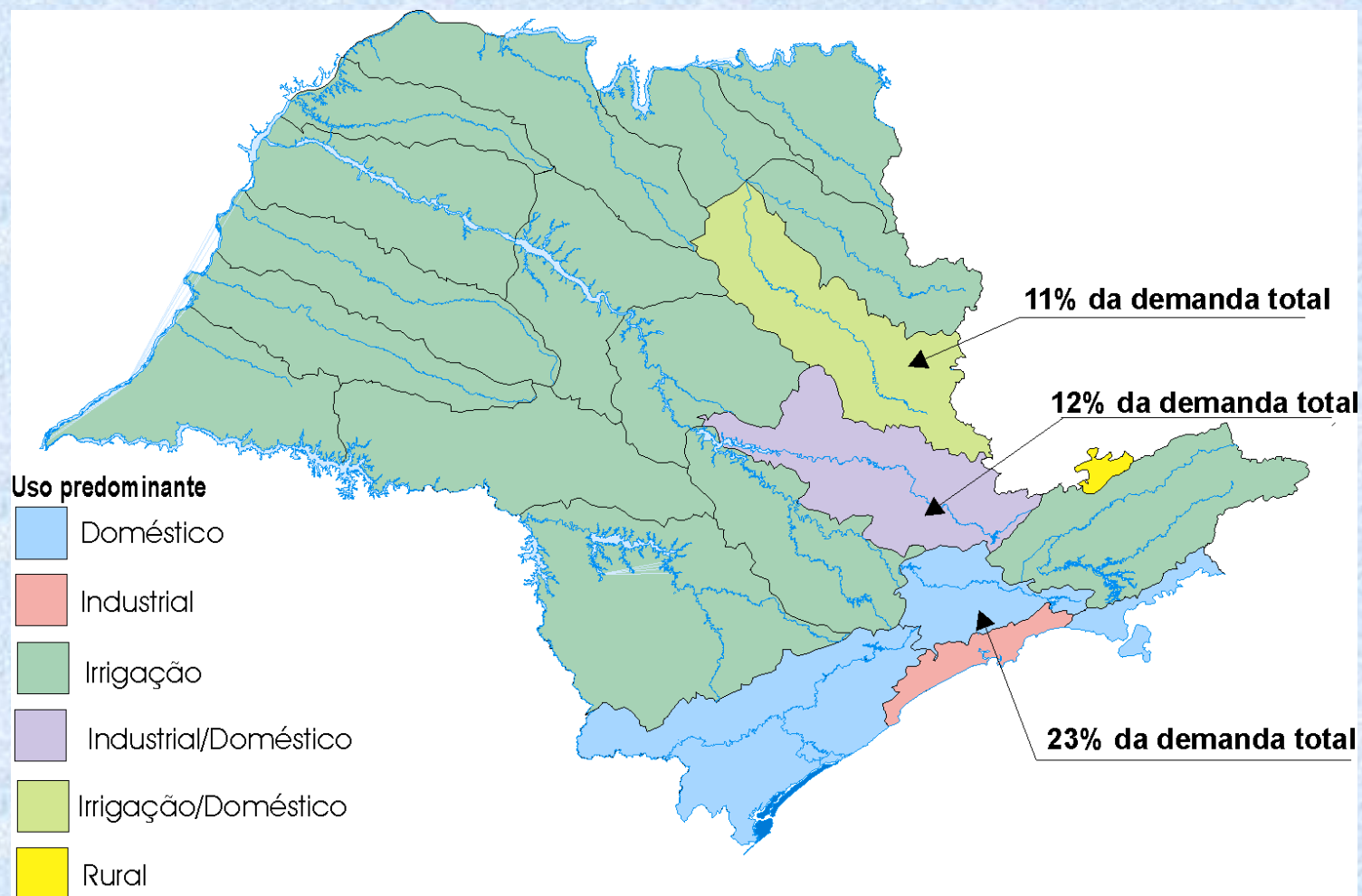
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Uso Predominante de Água



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Fonte: Relatório de situação dos Recursos Hídricos do Est.São Paulo

Balanco demanda x disponibilidade					
Unidade de Gerenciamento (UGRHI)	Superficial			Subterrânea	
	Demanda (m³/s)	Disponibilidade (m³/s)	Indice de Utilização (%)	Demanda (m³/s)	Disponibilidade (m³/s)
01 Mantiqueira	1,15	7	16,4	0,01	2,00
02 - Paraíba do Sul	20,27	72	28,2	3,60	20,10
03 - Litoral Norte	3,00	28	10,7	0,01	8,20
04 - Pardo	19,90	30	66,3	5,60	10,00
05 - Piracicaba/Capivari/Jundiaí	41,52	43	96,6	4,03	24,00
06 - Alto Tietê	80,21	20	401,1	20,00	19,10
07 - Baixada Santista	20,90	39	53,6	0,42	15,00
08 - Sapucaí/Grande	11,38	28	40,6	1,47	10,80
09 - Mogi-Guaçu	39,65	49	80,9	1,95	16,80
10 - Tetê/Sorocaba	14,50	22	65,9	0,50	7,80
11 - Ribeira de Iguape/Litoral Sul	1,60	157	1,0	0,35	57,90
12 - Baixo Pardo/Grande	9,82	21	46,8	0,48	11,00
13 - Tietê/Jacaré	21,78	40	54,5	5,17	12,90
14 - Alto Paranapanema	22,25	84	26,5	0,40	25,00
15 - Turvo/Grande	9,21	26	35,4	6,53	10,50
16 - Tietê/Batalha	4,90	31	15,8	1,19	10,00
17 - Médio Paranapanema	5,21	65	8,0	1,81	20,70
18 - São José dos Dourados	1,59	12	13,3	0,98	4,40
19 - Baixo Tietê	12,88	27	47,7	1,19	12,20
20 - Aguapeí	3,78	28	13,5	1,43	10,90
21 - Peixe	3,63	29	12,5	0,97	11,60
22 - Pontal do Paranapanema	3,15	34	9,3	1,66	15,20
Estado de São Paulo	352,29	892	39,5	59,75	336,10



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Cadastro de Usuários do DAEE

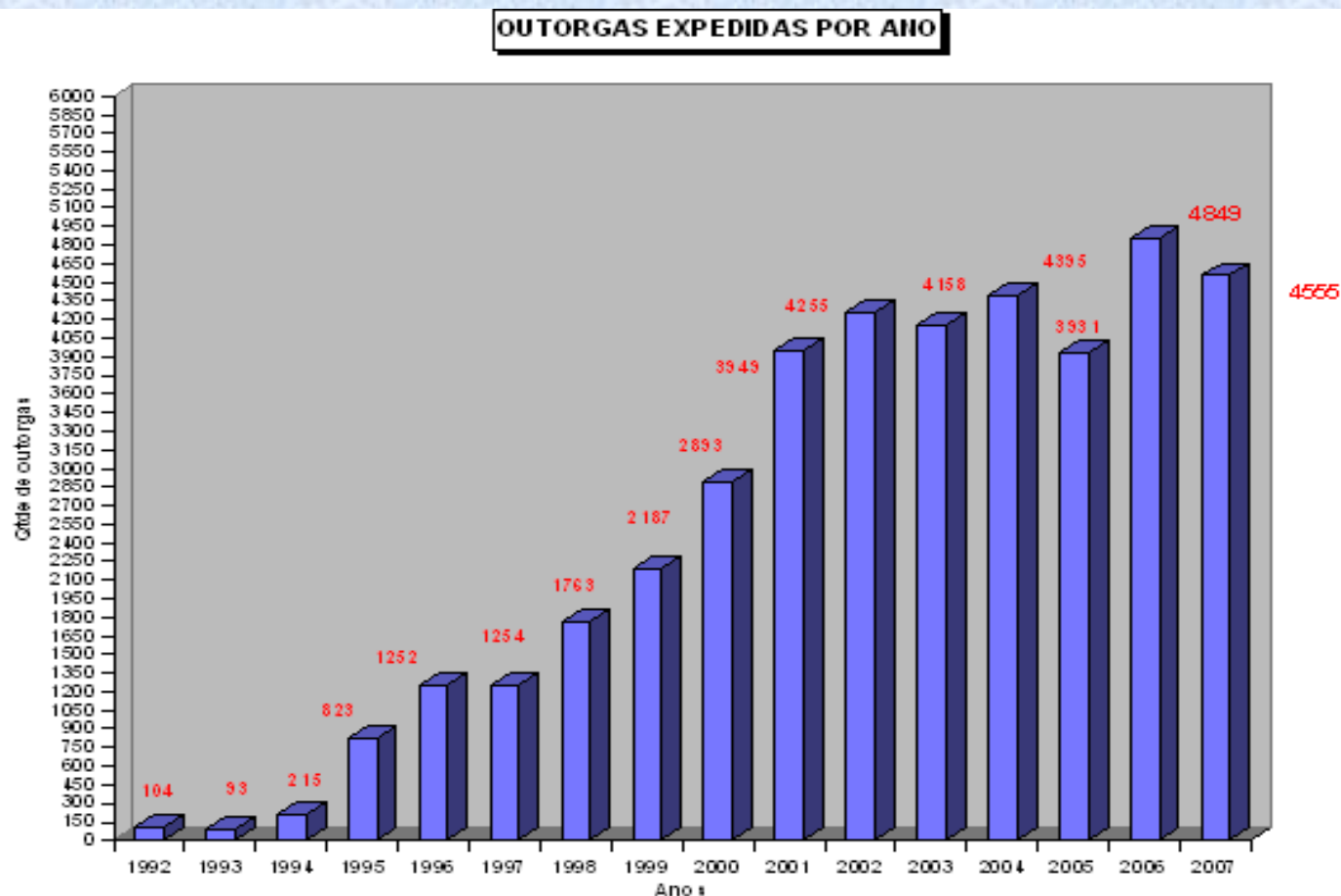
<u>captações subterrâneas</u>	<u>25.095</u>
<u>captações superficiais</u>	<u>13.516</u>
<u>lançamento de efluentes</u>	<u>16.268</u>
<u>barragens</u>	<u>7.583</u>
<u>travessias</u>	<u>6.246</u>
<u>canalizações</u>	<u>1.657</u>
<u>outros</u>	<u>2.353</u>
<u>T O T A L</u>	<u>72.718</u>

data base 31/10/2007



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos

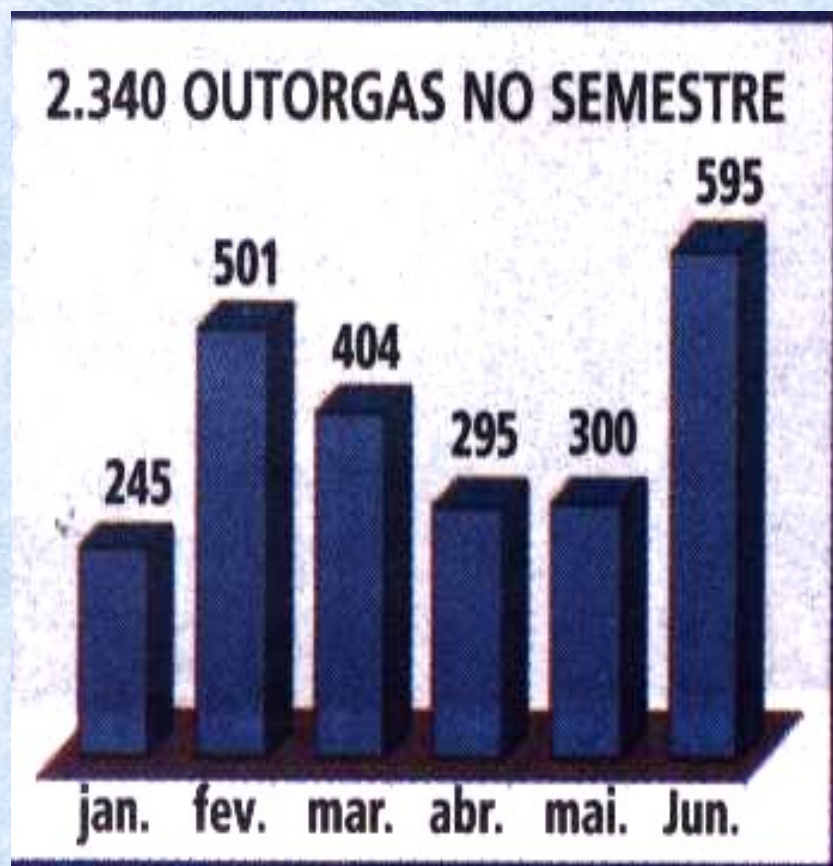


base 31/out/2007



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorgas emitidas em 2008



**DAEE registra
33.689 outorgados
no Estado**

- Industrial (7.901)
- Irrigação (5.234)
- Usuário rural (4.403)
- Prefeituras (3.141)
- Pesqueiros, aquicultura (2.171)



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

ESTÁGIO ATUAL

- **Projeto de Lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004-2007 aprovado pelo CRH em Dezembro 2003.**
- **Cobrança iniciada nos comitês PCJ e Paraíba do Sul.**
- **Articulação com Sistema Nacional para integração de políticas e ações**
 - Delegação de Competências
 - Participação no Conselho Nacional
 - Participação nos Comitês de rios de domínio da União (Paraíba, Piracicaba)

